

CORREIO NACIONAL

POR FERNANDO MOLICA

Agência Brasil



Para incentivar agro, governos deixam de arrecadar

Soja: isenção de impostos chega a R\$ 56,8 bi

Em meio à discussão da reforma tributária, o economista Arnaldo de Campos fez as contas e descobriu que, só no ano passado, a cadeia produtiva da soja foi beneficiada com incentivos fiscais que chegam a R\$ 56,810 bilhões. Isso, apenas em relação a impostos federais que não precisaram ser recolhidos. Este valor é quase o dobro dos R\$ 30 bilhões de isenções con-

cedidas para produtos da cesta básica.

No estudo 'O custo da soja para o Brasil', Campos ressalta que uma série de medidas isentam de impostos como PIS/Pasep, Cofins e IPI todo o processo de produção da soja: desde a compra de insumos, adubo, agrotóxicos, sementes, passando pelo óleo alimentar, produção de farelo e biodiesel e pelas exportações.

Estados

As concessões valem também para impostos estaduais. No caso de Mato Grosso, maior produtor do país, Campos apurou que só em ICMS o estado deixou de arrecar quase R\$ 8 bilhões por ano com a soja. Estima que a isenção chegue a R\$ 25 bilhões em todos os estados.

Créditos

O economista mostra que, em 2022, as lavouras de soja receberam 52% do crédito rural; as de milho, 20%. As demais culturas ficaram com 28% dos R\$ 133,2 bilhões emprestados (a grana para os produtores de feijão não passou de 1% do total; para os de mandioca, 0,4%).

Reprodução/Alesp



Arnaldo de Campos defende fim de incentivos

Economista questiona manutenção de benefícios

Campos ressalta que as isenções de impostos à produção de soja foram concedidas nas últimas décadas com objetivo de incentivar o agronegócio. O projeto deu certo: o PIB desta cadeia produtiva chegou a R\$ 637 bilhões no ano passado. Também em 2022, as exportações chegaram ao equivalente a R\$ 300 bilhões.

Ele questiona, porém, a necessidade de manutenção dos incentivos depois de tantos bons resultados das políticas públicas. Pergunta se o agronegócio não deveria "começar a devolver parte dos investimentos que o país fez para que chegassem nos atuais níveis de desenvolvimento e competitividade".

Bumbum

Por falar no agro: presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária e um dos favoritos do Centrão para presidir a Câmara, Pedro Lupion (PP-PR) é o que colegas chamam de "bumbum de neném": não tem problemas jurídicos que atrapalhem futuros embates com o STF.

O drible 1

A CAE incluiu um drible na solução negociada por governadores do Sul e do Sudeste para amenizar o poder do Norte e Nordeste no futuro Conselho Federativo a ser criado pela reforma. Na versão original, cada estado teria direito a um voto, o que daria maioria ao NO e NE.

Zona Franca

Por falar em isenções: em suas sugestões para a reforma tributária, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal manteve os incentivos fiscais para empresas da Zona Franca de Manaus. Em 2023, os subsídios devem ficar em R\$ 30 bilhões.

O drible 2

Governadores de SP e RJ tinham conseguido incluir que as decisões precisariam ser referendadas por estados que, somadas, tivessem 60% da população. A CAE passou o percentual para 75%, o que dilui o poder dos estados com mais habitantes, como os do Sudeste.



Área afetada pelo rompimento de barragem no distrito de Bento Rodrigues, Minas Gerais

Caso Samarco: MPs querem decisão

Instituições de Justiça pedem julgamento antecipado do mérito sobre indenizações

As diferentes instituições de Justiça que atuam no processo sobre a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem da mineradora Samarco apresentaram nova petição pedindo o julgamento antecipado do mérito, ainda que parcialmente. Na prática, elas querem que haja uma decisão final ao menos para determinadas questões, envolvendo inclusive indenizações.

Protocolada na segunda, a petição é assinada por seis instituições: Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Ministério Público do Espírito Santo (MPES), Defensoria Pública da União (DPU), Defen-

soria Pública de Minas Gerais e Defensoria Pública do Espírito Santo. Elas sugerem parâmetros para o cálculo do montante a ser aportado pela Samarco e por suas acionistas Vale e BHP Billiton. Os valores superariam os R\$ 70 bilhões.

Perto de completar oito anos da tragédia, as seis instituições entendem que é preciso colocar um ponto final nas discussões relativas aos danos morais coletivos e sociais e aos direitos individuais. Elas sustentam que há fatos incontestáveis, que não precisam mais de provas adicionais.

O rompimento da barragem ocorreu no dia 5 de novembro de 2015 no complexo minerá-

rio da Samarco, localizado na zona rural de Mariana (MG). Na ocasião, uma avalanche de rejeitos foi liberada e escoou pela bacia do Rio Doce alcançando a foz no Espírito Santo. Dezenas de comunidades e municípios foram impactados e 19 pessoas morreram.

Para reparar os danos causados na tragédia, um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) foi firmado em 2016 entre o governo federal, os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, a Samarco e as acionistas Vale e BHP Billiton. Por meio dele, foi criada a Fundação Renova, entidade responsável pela gestão de mais de 40 programas.

Preservando fauna e flora

ICMBio

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Tecnológico Vale (ITV) deram início ao projeto Genômica da Biodiversidade Brasileira, que deverá usar a genética em benefício da preservação de espécies da flora e da fauna brasileiras. O projeto, que ganha destaque pela envergadura, terá duração de cinco anos e tem como meta produzir, na primeira etapa, 5 mil genomas, com prioridade para espécies que estejam sob maior risco ou que já tenham sido incluídas em planos nacionais de conservação.

O sequenciamento genético é uma técnica de biologia molecular que permite a identificação de bases nitrogenadas do material genético. Quando especialistas têm em mãos dados genômicos, podem usá-los para antever ameaças e monitorar espécies, ao longo do tempo e em diferentes locais. No caso de seres humanos, o sequenciamento do DNA tem proporcionado, por exemplo,



Projeto deve durar 5 anos e terá aporte inicial de US\$ 25 mi

a aplicação de conhecimentos à produção de medicamentos, entre outras finalidades.

Para levar adiante a primeira fase, foram formados um comitê de gestão, com responsabilidade compartilhada entre o ICMBio e o ITV e cinco profissionais, cuja função será coordenar o plano de trabalho, e um grupo de trabalho. Ao todo, serão 20 pesquisadores do ITV e mais de 30 especialistas da rede

de pesquisa e conservação do ICMBio, além de analistas das unidades de conservação federal. Após a primeira reunião, realizada na última semana de setembro, cada entidade de pesquisa ficou encarregada de pensar em parceiros acadêmicos para indicar. Como ponto de partida, a equipe definiu uma lista de 80 espécies que terão seu sequenciamento genético feito com detalhamento maior.

'Pântanos alimentares'

Sete em cada dez escolas de São Paulo estão cercadas por lanchonetes e vendedores de comida ultraprocessada, os chamados "pântanos alimentares", o que, de acordo com os especialistas, aumenta os riscos de obesidade entre crianças e adolescentes.

De acordo com estudo publicado no dia 9 deste mês, no periódico Cadernos de Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública, da Fiocruz, os colégios, tanto particulares quanto públicos, estão rodeados por esses estabelecimentos num raio de 250 metros. No âmbito nacional, os

dados apontam para a mesma direção. O projeto Caeb (Comercialização de Alimentos em Escolas Brasileiras), da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), realizou um levantamento com 891 escolas privadas de oito cidades brasileiras para avaliar a alimentação oferecida nesses espaços.

A pesquisa de campo ainda está em andamento, mas a Folha obteve acesso a dados preliminares.

A análise mostrou que o índice de saudabilidade das cantinas é de 26,5. O indicador é usado pelos pesquisadores para dimensionar a oferta de ali-

mentos in natura ou minimamente processados em relação aos ultraprocessados. Especialistas avaliam que a pontuação ideal deve ser em torno de 70.

Relatórios como o Erica (Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes) e a Pense (Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar) já listaram hipertensão, obesidade e hipercolesterolemia (colesterol elevado) como possíveis consequências da oferta de cardápios de baixa qualidade nutricional nesses ambientes.

Por: André Derviche (Folhapress)

Ato em São Paulo pede paz na Faixa de Gaza

Palestinos e brasileiros fizeram no final da tarde de quarta um ato no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp), na avenida Paulista, em São Paulo. A manifestação ocorreu em apoio aos residentes da Faixa de Gaza, região contra a qual Israel intensificou os ataques militares após os atentados do grupo Hamas, realizados em 7 de outubro.

Os manifestantes também protestaram contra o bombardeio ao Hospital Ahli-Arab, na Faixa de Gaza, ocorrido na terça, deixando centenas de mortos. De acordo com o Ministério da Saúde de Gaza, controlado pelo Hamas, 500 pessoas foram mortas ou feridas no bombardeio. Israel negou a autoria do ataque e culpou a Jihad Islâmica, que também negou ter feito a ação.

"O rio de sangue que está acontecendo na Palestina, a matança, o massacre que aconteceu ontem, não vai pôr fim à luta do meu povo. O que vai acabar com o derramamento de sangue na terra da palestina é um Estado livre, um Estado palestino livre, com todos os direitos garantidos", disse o palestino nascido em Belém, Omar Naji, que vive há oito anos no Brasil.

Naji ressalta que o conflito na Palestina ocorre há mais de 75 anos e que a paz não será alcançada sem que haja o fim das ações israelenses na região.

Brasil não notifica 45 mil casos de sífilis

Em uma década, o Brasil deixou de notificar ao menos 45 mil casos de sífilis gestacional, o que aumenta o risco de transmissão vertical da doença, nascimentos prematuros e mortes de bebês.

A estimativa inédita é de um estudo publicado na edição de setembro do The Lancet Regional Health - Americas feito a partir de um modelo estatístico que considera fatores sociodemográficos, indicadores de acesso aos serviços de saúde e variáveis relacionadas à qualidade dos dados disponíveis para avaliar registros entre 2007 e 2018. Em relação ao total de casos registrados no período, o índice de subnotificação foi de 13%.

O modelo também permitiu a identificação de disparidades regionais. As maiores taxas de subnotificação foram encontradas nas regiões Nordeste e Norte, com liderança de Roraima, com 30%. No Sul, assim como em parte do Sudeste e do Centro-Oeste, os estados não ultrapassaram os 10%. O menor nível foi detectado em São Paulo, 3,59%.

Para os pesquisadores, os resultados evidenciam que há falhas na assistência dada a gestantes e que a incidência e a detecção da sífilis gestacional estão associadas a condições socioeconômicas e ao acesso a serviços de saúde, como um pré-natal adequado.

Dados do Ministério da Saúde de fato mostram um crescimento no número de diagnósticos de todos os tipos de sífilis.